



Ata Número Vinte e três

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, na Sala Atelier do Teatro Municipal da Lousã, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

1. Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.
2. Apreciação do Relatório de Auditoria Semestral do ano de 2025 que contém a informação sobre a situação económico financeira, apresentado pelo Revisor Oficial de Contas.
3. Apreciação e votação do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes.
4. Apreciação e votação da 1ª Alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã.
5. Apreciação e votação da alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.
6. Apreciação e votação do Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia.
7. Apreciação e votação do Regulamento do Cartão Municipal Sénior.
8. Apreciação e votação da Adenda nº2 ao Contrato de Comodato celebrado entre o Município da Lousã e a Emequatro – Educação e Serviços, Lda., relativo à cedência das instalações da antiga Escola Primária da Lousã.
9. Apreciação e votação da proposta de reconhecimento do interesse público municipal do projeto "Silveira Tech Re-generation Village".
10. Apreciação da proposta de desaplicação de todas as normas regulamentares em contradição com o disposto nas alterações legislativas introduzidas no âmbito do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Para conhecimento.

A Senhora Presidente da Mesa apresentou ao plenário um novo ponto com carácter excepcional, pontual e urgente com base no nº 2 do artigo 50º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para que a assembleia possa deliberar a sua inclusão na Ordem de Trabalhos, colocada à votação e não merecendo



oposição, foi aprovada por unanimidade a sua inclusão. -----

A Ordem de trabalhos passou a ser a seguinte: -----

1. Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. -----
2. Apreciação do Relatório de Auditoria Semestral do ano de 2025 que contém a informação sobre a situação económico financeira, apresentado pelo Revisor Oficial de Contas. -----
3. Apreciação e votação do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes. -----
4. Apreciação e votação da 1ª Alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã. -----
5. Apreciação e votação da alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. -----
6. Apreciação e votação do Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia. -----
7. Apreciação e votação do Regulamento do Cartão Municipal Sénior. -----
8. Apreciação e votação da Adenda nº2 ao Contrato de Comodato celebrado entre o Município da Lousã e a Emequatro – Educação e Serviços, Lda., relativo à cedência das instalações da antiga Escola Primária da Lousã. -----
9. Apreciação e votação da proposta de reconhecimento do interesse público municipal do projeto “Silveira Tech Re-generation Village”. -----
10. Apreciação da proposta de desaplicação de todas as normas regulamentares em contradição com o disposto nas alterações legislativas introduzidas no âmbito do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Para conhecimento. -----
11. Apreciação e votação da minuta de contrato Interadministrativo de Delegação de Competências PDP – Gestão da Bacia do Rio Ceira, entre o Município da Lousã e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projeto “EEA GRANTS”

A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Agradeceu ainda a cedência do espaço para a realização da reunião da assembleia. -----



CHAMADA: -----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Margarida Coreia, que justificou a falta e foi substituída por Pedro Martins; Ana Bandeira, que justificou a falta e foi substituída por José Moreira; João Alberto que justificou a falta e foi substituído por Sara Antunes, Sérgio Pedroso que justificou a falta e foi substituído por Daniela Santo ; Daniela Guerreiro, que justificou a falta e foi substituída por António Carvalho, Carolina Cabral que justificou a falta e foi substituída por Rui Moraes. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

A Senhora Presidente da Mesa, deu conhecimento de uma inscrição de cidadãos para usar da palavra neste período, que fizeram previamente a respetiva inscrição e preenchimento de declaração de consentimento, nos termos do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. -----

Inscrições: José Alexandre Barros Ferreira, Maria Luísa Aveiro, Fernando Simões e Joana Ferreira-----

José Alexandre Barros Ferreira, cumprimentou todos os presentes e manifestou preocupação relativamente ao incêndio de agosto, destacando a falta de bocas de incêndio e de meios adequados para a sua utilização. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se existe um levantamento atualizado das bocas de incêndio do concelho, identificando as operacionais e os dispositivos de mangueiras existentes. Questionou ainda a situação da limpeza do Rio Ceira e se existe protocolo com alguma entidade para a realização dessa limpeza. -----

Maria Luísa Aveiro, cumprimentou todos os presentes e questionou o Sr. Presidente sobre qual a prioridade que vai ser dada fogos habitacionais, se irão ser contemplados como habitação social ou arrendamento acessível. -----

Fernando Simões, cumprimentou todos os presentes e pediu esclarecimentos sobre a colocação de um poste a meio do seu terreno, que poderia ter sido colocado numa extrema. Relatou ainda uma situação, ocorrida na sua presença, de falta de respeito entre dois funcionários da autarquia. -----

Joana Ferreira, cumprimentou todos os presentes e manifestou preocupação, partilhada por outros pais, relativamente à falta de recursos humanos perante o



aumento de alunos com necessidades especiais. Defendeu a necessidade de uma resposta verdadeiramente inclusiva e respeitadora de todas as crianças, com especial atenção às que apresentam maiores necessidades. Questionou ainda as condições de segurança existentes.

Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e informou que, relativamente às bocas de incêndio, o respetivo cadastro e monitorização são realizados no âmbito da Coordenação Municipal de Proteção Civil, tendo sido considerada a possibilidade da existência de mais dispositivos. Quanto ao pagamento da água durante o período de incêndios, esclareceu que foram definidos critérios específicos, nomeadamente uma área territorial delimitada para atribuição do apoio, não cumprindo o caso apresentado pelo interveniente os requisitos estabelecidos. Sobre o rio Ceira, referiu que a responsabilidade de intervenção é da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e que se encontra atualmente em desenvolvimento, pela CIM – Região de Coimbra, um processo que contempla a manutenção do leito do rio, complementando ações anteriormente executadas. Em resposta à Sra. D. Luísa Aveiro, esclareceu que os fogos habitacionais existentes se destinam exclusivamente a arrendamento acessível. Quanto à questão colocada pelo Sr. Fernando Simões, informou que não dispõe de informação adicional relativamente ao assunto apresentado. Referindo-se à intervenção da Sra. Joana Ferreira, informou que a Câmara Municipal tem vindo a tomar diversas posições sobre a temática em causa, no sentido de sensibilizar o Estado Central para a necessidade de um entendimento que permita proporcionar melhores condições de integração e inclusão de crianças com estas características. Salientou ser necessário um enquadramento diferente, quer ao nível da quantidade de recursos humanos, quer das suas competências e formação, de forma a garantir maior dignidade e melhores condições para estas crianças e jovens. Assinalou ainda que tem ocorrido um aumento significativo de crianças nestas condições, embora o município, em comparação com outros, tenha conseguido dar uma boa resposta, não só por iniciativa própria, mas também através de outras entidades, nomeadamente a ARCIL. Contudo, sublinhou que as entidades locais, apesar dos esforços, não dispõem de todos os meios



necessários para assegurar a resposta que todos merecem. Por fim, mencionou que a Câmara Municipal tem realizado diversos investimentos, sobretudo em recursos humanos e em apoios específicos, designadamente através do Centro de Recursos para a Inclusão e do serviço de transporte destinado a crianças com necessidades especiais. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

VOTAÇÃO DA ATA:-----

Colocada à votação a ata da sessão ordinária número 22, realizada no dia vinte seis de junho do ano de dois mil e vinte cinco, foi aprovada por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. -----

CORRESPONDÊNCIA:-----

A Senhora Presidente da Mesa passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada pela Mesa, desde a última sessão ordinária de dezembro, até ao momento: -----

Dia 29 de junho, e-mail recebido do Sr. Carlos Cardoso, sobre a isenção de IMI, já reencaminhado ao Sr. Presidente da Câmara. -----

Dia 9 de julho, e-mail do Vereador Vítor Carvalho, a solicitar diversas questões e documentos à APIN. -----

Dia 30 de julho, Solicitação de cópia da ata 6 de 2014, pela empresa Lousinveste. -----

Dia 8 de Setembro, convite da Sociedade Filarmónica Lousanense para homenagem ao Maestro Adérito Pereira. -----

Dia 19 de setembro, convite da Associação Unidos pelo Bem para um almoço da terceira idade. -----

Dia 22 de Setembro, convite da ARCIL para o Festival Nacional da Canção de Pessoas com deficiência. -----

Dia 28 de Setembro, e-mail do Presidente da Associação de São Lourenço a questionar o eventual "interesse público municipal" de projeto imobiliário na Serra da Lousã. -----



Tomada de Posição dos três grupos políticos, sobre a necessidade urgente de reforço de recursos Humanos para a Educação Inclusiva no Agrupamento de Escolas da Lousã; -----

Pelo Grupo Municipal É Hora de Mudar PSD/CDS, foram apresentados um Voto de Louvor, um Requerimento e duas Moções. -----

Tomada de Posição – “Necessidade urgente de reforço de recursos humanos para a educação inclusiva no agrupamento de escolas da Lousã”,

Joel Fernandes, tomou a palavra e disse que a proposta foi rapidamente aceite por pelos restantes grupos pelos 3 grupos municipais e a ideia é reforçar a iniciativa da Câmara Municipal. -----

Colocado à votação a tomada de posição “Necessidade urgente de reforço de recursos humanos para a educação inclusiva no agrupamento de escolas da Lousã”, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 1 (um)). -----

VOTO DE LOUVOR: -----

Apreço de apreço à ARCIL “O Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP vem apresentar o seguinte Voto de Louvor, o que faz: considerando o incêndio rural que deflagrou no concelho da Lousã, na aldeia do Candal, em 14 de agosto de 2025, mobilizando meios humanos e materiais de várias entidades e provocando elevados danos ambientais e forte impacto social nas comunidades locais; considerando o empenho, dedicação e coragem demonstrados pelos corpos de bombeiros do concelho, e de outros concelhos, pelas forças de segurança, pelas equipas de apoio logístico, pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), pela Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), pelos serviços municipais de proteção civil, Associações de Baldios, e por todas as entidades envolvidas reconhecendo o inestimável serviço prestado por todos os envolvidos, que contaram sempre com a presença, o apoio, a colaboração e a coragem da população local. Neste sentido, considera-se que se impõe um voto de reconhecimento público a



todos cujo esforço permitiu salvar vidas, proteger património e minimizar danos, bem como expressar a solidariedade com toda a população afetada, o que se propõe. Dar conhecimento desta deliberação a todos os corpos de Bombeiros intervenientes no incêndio da Lousã, e a todos os Organismos e entidades relevantes para o combate deste incêndio, para que este louvor seja devidamente registado e reconhecido.”

Colocado à votação da Assembleia Municipal “O Voto de Louvor Apresentado pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP”, a todos os intervenientes no incêndio da Lousã e a todos os organismos e entidades relevantes para o combate deste incêndio” o mesmo foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 2 (dois)).

Requerimento - O Grupo Municipal “É Hora de Mudar”, da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, vem nos termos do art. 28º e 32º do Regimento da assembleia municipal requerer através Sr.º Presidente da Assembleia Municipal a interpelação da Câmara Municipal da Lousã, para que esta proceda, com a máxima celeridade, à entrega a esta Assembleia Municipal dos seguintes elementos relativos aos transportes rodoviários do Concelho da Lousã, compreendidos no período 1 de janeiro de 2025 a 29 de setembro de 2025: 1. Lista completa e atualizada dos serviços de transporte rodoviário em atividade no concelho (incluindo serviços urbanos, interurbanos, escolares e especiais), indicando para cada um: operador, identificador da linha, percurso, horários, frequência, tipo e número de veículos afetos; 2. Cópias dos contratos/protocolos celebrados entre a Câmara e operadores (incluindo aditamentos), com indicação de vigência, montantes contratados e critérios de avaliação; 3. Registos de execução/relatórios de prestação de serviço (pontualidade, reclamações, fiscalizações); 4. Número total de utentes transportados, por mês e por operador; 5. Número médio diário de passageiros, por linha/serviço; 6. Valor total gasto (despesas) relativos a contratos de transporte, e outros encargos, discriminado por operador, por contrato e por



mês; 7. Receitas associadas (tarifas cobradas, subvenções), por operador e por mês. Tal requerimento fundamenta-se no quadro do acompanhamento democrático, do processo de transição para o Metro Mondego e da avaliação do impacto nos transportes rodoviários locais, ou seja, para memória futura, processo que sempre foi e será, no próximo mandato, acompanhado pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar” da coligação PSD/CDS, pelo que cumpre a este Executivo Municipal, responsável pelo processo, prestar essas informações. Pelo exposto, requer que este requerimento seja incluído na ordem de trabalhos e votado, com vista à comunicação formal à Câmara Municipal para efeitos de cumprimento.

Colocado à votação da Assembleia Municipal O Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP” a solicitar elementos relativos aos transportes rodoviários do Concelho da Lousã, compreendidos no período entre 1 de janeiro e 29 de setembro de 2025, o mesmo foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 3 (três)).

Joel – interveio e fez um pedido de esclarecimento sobre se a votação é sobre o requerimento e o seu teor do requerimento, ou se é para incluir na ordem de trabalhos.

A Presidente da Mesa, esclareceu que o que será votado é o pedido de informações que será enviado à Câmara para se pronunciar.

Colocado à votação da Assembleia Municipal “O Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP”, a solicitar elementos sobre os transportes rodoviário do concelho da lousã no período entre 1 de janeiro e 29 de setembro” o mesmo foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 4 (quatro)).

Moção – “Revisão da Portaria nº 272-A/2017, de 13/9 com vista à organização do espaço escolar e a alteração do Rácio de Auxiliares de Ação Educativa na Escola Pública.” Para o Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “A necessidade de valorização da Escola Pública e de todos



os seus trabalhadores, nas várias funções que desempenham, de modo a contribuírem para um ensino de qualidade e para o futuro de milhares de crianças e jovens que a frequentam em cada ano letivo, sempre foi uma das suas prioridades, não existindo dúvida que para tal desígnio, o normal funcionamento das escolas requer a garantia da existência de trabalhadores em número suficiente, para responder às especificidades de carácter regular e transitório de cada equipamento escolar quando nos últimos cinco anos registou-se um aumento de 44% no número de alunos com necessidades específicas no Concelho, totalizando atualmente 205, dos quais 42 com medidas adicionais e 163 com medidas seletivas. Pelo que desde o início do mandato que o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" da Coligação PPD/PSD – CDS/PP tem evidenciado a falta de recursos humanos afetos ao Agrupamento de Escolas da Lousã, o que acontece sobretudo pela desadequação do rácio existente à realidade concreta das escolas do concelho da Lousã, o que finalmente foi reconhecido pela Câmara Municipal Lousã, que aprovou, em reunião do Executivo de 15 de setembro, uma Tomada de Posição onde reivindica, junto do Ministério da Educação e demais entidades competentes, o reforço urgente de recursos humanos afetos ao Agrupamento de Escolas da Lousã, em particular Assistentes Operacionais e técnicos especializados. Todavia, e apesar da tomada de posição constituir um pequeno passo, ainda que tardio, atendendo a que foi uma preocupação constante neste mandato do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" da Coligação PPD/PSD – CDS/PP, importa sublinhar que esta é uma questão que não se resolve apenas com o reforço urgente de recursos humanos, nem deve assumir um carácter transitório. Pelo contrário, exige uma reorganização estrutural do espaço escolar e, sobretudo, a revisão da Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, no que respeita aos rácios de pessoal não docente e técnicos especializados por escola. Salienta-se que tal posição já foi defendida pelo atual Exmo. Senhor Ministro da Educação, Dr. Fernando Alexandre, posição que louvamos, esperando que esta Moção possa ser atendida pelas entidades competentes, nomeadamente o Ministério da Educação, de forma a contribuir para a melhoria das condições de todos os alunos, em especial dos que apresentam



necessidades educativas especiais. Assim, propõe-se a aplicação efetiva dos seguintes critérios: Assegurar o normal funcionamento das escolas em termos de oferta educativa e regime, respondendo às suas necessidades específicas; Garantir a existência de auxiliares de ação educativa e técnicos especializados, em número suficiente, em todas as escolas, durante todo o horário de funcionamento; Proceder à avaliação individualizada das carências permanentes de cada escola, bem como das suas necessidades transitórias; Adequar o número de auxiliares de ação educativa e técnicos especializados não apenas à tipologia dos edifícios e à área dos recintos escolares, mas também à dimensão da comunidade educativa, revendo os rácios atualmente fixados na Portaria n.º 272-A/2017, de modo a garantir proporcionalidade e justiça no apoio prestado; Providenciar auxiliares de ação educativa, com a formação adequada, em número suficiente para o acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais, assegurando o cumprimento efetivo dos princípios de inclusão escolar; Manter o adequado funcionamento das instalações e equipamentos desportivos, bem como dos serviços de apoio – reprografias, bibliotecas, papelarias, refeitórios e outros – dotando-os dos recursos humanos necessários.

Em conclusão, é necessário desenvolver um mecanismo que poderá ser enquadrado no âmbito da transferência de competências na área da educação, que permita a cada agrupamento, adequar o número de pessoal não docente às especificidades de cada escola, independentemente da dotação máxima de referência do pessoal, garantindo a autonomia do agrupamento para, auscultando a comunidade escolar, promover a contratação dos assistentes de ação educativa e técnico em falta nas escolas públicas.”

Joel Fernandes, disse que o Grupo Municipal do PS, concorda com grande parte do conteúdo do documento, até porque vai de encontro com a tomada de posição subscrita por todos e aprovada anteriormente, contudo quando é referido que “o que acontece sobretudo pela desadequação do rácio existente à realidade concreta das escolas do concelho da Lousã, o que finalmente foi reconhecido pela Câmara Municipal Lousã, que aprovou, em



reunião do Executivo de 15 de setembro", Foi referido que não poderão concordar com as afirmações de que o assunto só agora foi reconhecido, uma vez que este já foi debatido várias vezes na Assembleia Municipal, inclusive por iniciativa do PSD. Também não concordam com a ideia de que o documento é tardio, considerando tratar-se de um tema recorrente sobre o qual têm sido regularmente informados quanto às diligências do executivo municipal. Foi ainda sugerida a adaptação dos dois parágrafos em questão, por se considerar que a redação atual pode prejudicar o teor da moção aquando do seu envio aos destinatários. -----

Santinho, cumprimentou todos os presentes e disse que se o deputado Joela Fernandes, se estiver a referir às interpelações ao Governo sobre a alteração do Rácio, o texto poderá ser alterado. -----

João Santo, cumprimentou todos os presentes e referiu que o rácio constitui um dos principais problemas das escolas e que tal questão está devidamente mencionada na moção. Contudo, salientou que a resolução deste problema é da responsabilidade do Governo Central e acrescentou ainda que as próprias escolas têm procurado alertar para esta situação e, por esse motivo, não foi considera justo votar a moção na forma em que se encontra redigida. -----

Presidente, interveio esclarecendo que a moção não tem em conta as diligências já realizadas pelo município junto do Estado Central com vista a um entendimento e atuação diferentes sobre esta matéria. Referiu que a Câmara Municipal apresentou este problema diversas vezes à Associação Nacional de Municípios Portugueses e que, pessoalmente, expôs a situação ao Ministro da Educação, apresentando argumentos e informação que justificam a necessidade de uma abordagem distinta. Acrescentou que não é correto afirmar que apenas agora se tomou consciência do problema, uma vez que tal coloca em causa o trabalho desenvolvido pela autarquia e pelas entidades locais. -----

Santinho Antunes, questionou o Sr. Presidente referindo que se todo esse trabalho foi bem feito, porque é que só agora foi tomada esta posição pública.

Joel Fernandes, interveio e referiu que a Lousã é bastante procurada e que o município consegue oferecer condições que outros concelhos não têm, o que



evidencia o investimento realizado. Considerou que a afirmação de que só agora foi tomada uma posição sobre esta matéria enfraquece a moção, uma vez que esta tem vindo a ser acompanhada e trabalhada. Salientou que nunca votarão contra conclusões deste teor, pelo contrário, pois estas são suportadas e até já foram anteriormente subscritas na tomada de Posição apresentada, incluindo posições que vão mais além, nomeadamente no que respeita aos tempos não letivos. Informou ainda que o Grupo do PS não votará contra a moção, optando pela abstenção. -----

Colocado à votação da Assembleia Municipal a Moção - Apresentada pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP”, “Revisão da Portaria n.º 272-A/2017, de 13/9 com vista à organização do espaço escolar e a alteração do Rácio de auxiliares de Ação Educativa, o mesmo foi aprovado com 15 (quinze) abstenções do PS e 1 (uma) do BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 5 (cinco)). -----

Moção: Pela Transparência e Esclarecimento sobre a Gestão do Incêndio de Agosto de 2025 na Serra da Lousã “- O Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP não pode deixar passar em silêncio os acontecimentos relacionados com o incêndio de agosto de 2025 na Serra da Lousã. -----

Santinho Antunes “Não será aceitável sequer correr o risco de ver responsabilidades diluídas no tempo, sem que sejam devidamente apuradas nem retiradas as consequências necessárias, como aconteceu com o incêndio de 2017, o que seria inaceitável, pois a população da Lousã merece total transparência sobre a forma como o incêndio foi gerido e não apenas “ruído” sobre situações que apenas retiram credibilidade às entidades que combateram os incêndios, pois vejamos: É público que, a Câmara Municipal da Lousã manifestou a sua discordância relativamente à manobra de fogo tático realizada no dia 17 de agosto de 2025. Porém, não basta registar discordâncias: é imperativo que a Assembleia Municipal e os Lousanenses sejam esclarecidos de quem tomou a decisão, em que condições, e com que impactos na evolução do incêndio. O silêncio ou a ambiguidade neste ponto apenas



fragilizam a confiança nas instituições. Durante o combate às chamas foram ainda registados constrangimentos técnicos que expõem falhas estruturais graves. A título de exemplo, na aldeia de Cabanões verificou-se a falta de compatibilidade dos adaptadores das mangueiras, situação que pode ter comprometido a eficácia da resposta e colocado em risco pessoas, habitações e o património natural do concelho. Tais questões não podem ser relativizadas ou esquecidas. É essencial que se promova uma avaliação crítica e independente sobre a gestão deste incêndio, desde o seu início à sua extinção, clarificando responsabilidades e apontando soluções concretas para que eventuais erros detetados não voltem a repetir-se, bem como melhorar o que tiver de ser melhorado. Só assim será possível aprender com as falhas e assegurar que esta tragédia de 2025 não fique também marcada pelo esquecimento e pela ausência de conclusões práticas. Cumpre ainda enaltecer a publicação pelo Governo do PSD do Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação dos impactos dos incêndios rurais, com efeitos retroativos a 1 de julho, e simplificação do processo, o qual deverá ser acompanhado pela Câmara Municipal da Lousã, auxiliando os Lousanenses no procedimento para o efeito. Atendendo ao exposto, o Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP propõe a Assembleia Municipal que: Solicite formalmente à Câmara Municipal da Lousã que, em articulação com a ANEPC, ICNF, ANAC, e a todos os Corpos de Bombeiros envolvidos no combate ao(s) incêndio(s) de agosto de 2025 na Lousã, e demais entidades competentes envolvidas, promova a elaboração de um relatório detalhado sobre a gestão e coordenação do incêndio, incluindo uma fita de tempo da ocorrência. Recomendar que o referido relatório inclua a análise das falhas técnicas verificadas, designadamente a decisão relativa à realização do fogo tático de 17 de agosto de 2025 e a responsabilidade pela falta de adaptadores das mangueiras na aldeia de Cabanões, propondo soluções eficazes para evitar a repetição de tais problemas. Instar o Governo e as entidades de tutela a reforçarem os mecanismos de coordenação e de uniformização de procedimentos e equipamentos no combate a incêndios rurais, garantindo maior segurança, eficiência operacional e proteção das populações. Enaltecer



o Governo pela publicação pelo Governo do PSD do Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação dos impactos dos incêndios rurais, com efeitos retroativos a 1 de julho, simplificando o processo o qual deverá ser acompanhado pela Câmara Municipal da Lousã, auxiliando os Lousanenses no procedimento para o efeito. Dar conhecimento da presente moção a: Sua Excelência, o Presidente da República; Sr. Presidente da Assembleia da República; Sr. Primeiro-Ministro; Sr. Ministro da Administração Interna; Presidente da Câmara Municipal da Lousã; ANEPC; ICNF; ANAC; Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra; Corpos de Bombeiros intervenientes no incêndio da Lousã e Juntas de Freguesia da Lousã. -----

Joel Fernandes disse que a competência da gestão do combate aos incêndios é do governo, neste caso através da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil sendo competência destas entidades elaborar os relatórios sobre todas as ocorrências. Neste contexto o grupo municipal do PS votará contra a esta moção. -----

Santinho Antunes, interpelou a mesa dizendo que a Câmara Municipal tem competência para pedir a ficha de tempo da ocorrência e seu relatório, para quês as pessoas entendam o que se passou. -----

Sr. Presidente da Câmara, esclareceu que a fita de tempo constitui um dos elementos base do relatório elaborado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Referiu ainda, que a menção a essa fita de tempo se relaciona com a posição da Câmara relativamente à manobra de fogo tático, devendo tal posição ser considerada no âmbito da análise efetuada. Mais se registou que compete exclusivamente à Autoridade Nacional de Proteção Civil, tendo em conta a amplitude total da operação, a elaboração do referido relatório, não podendo essa responsabilidade ser imputada a qualquer outra entidade. -----

Colocado à votação da Assembleia Municipal a moção apresentada pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP”, “Pela transparência e Esclarecimento sobre a Gestão do Incêndio de Agosto de 2025 na Serra da Lousã, o mesmo foi reprovado com 15 (quinze) votos contra do Partido Socialista (doc. nº 6 (seis)). -----



INSCRIÇÕES PARA O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Inscrições: Rui Morais, João Curvelo, Maria Antunes, Patrícia Ramalheiro, Pedro Santos, Joel Fernandes e Marco Sequeira.

Patrícia Ramalheiro: usou da palavra para cumprimentar todos os presentes e salientou que a educação é assumida como prioridade, entendida como um verdadeiro investimento no futuro do concelho da Lousã. Destacou a requalificação do parque escolar, a promoção do sucesso educativo e os diversos apoios às famílias, enquanto exemplos que contribuem para a valorização do capital humano, para a coesão social e para o desenvolvimento sustentável, em articulação com projetos desenvolvidos em comunidade. Recordou, a este propósito, a realização das Jornadas Pedagógicas, no dia 9 de setembro, no Teatro Municipal da Lousã, iniciativa que reuniu a comunidade educativa — pais, professores, educadores, técnicos e outras entidades — para refletir sobre os desafios atuais, através de diversos painéis temáticos que promoveram debate sobre práticas, expectativas e formas inovadoras de intervenção no concelho. Reconheceu a importância do trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas, com o apoio permanente da Autarquia, nomeadamente ao nível de projetos, refeições, AEC'S, manutenções e obras, numa relação de diálogo contínuo orientada para o melhor serviço à comunidade educativa.

Maria Guilhermina Antunes — tomou a palavra e disse que durante o período de quatro anos agora concluído, a Coligação É Hora de Mudar PPD-PSD/CDS-PP identificou diversas situações de dificuldade, questões e necessidades no âmbito da educação, as quais foram regularmente apresentadas nesta Assembleia, promovendo o respetivo diálogo, debate e reflexão. Salientou que a escola, tal como a sociedade, se encontra em permanente e acelerada transformação, exigindo de todos um olhar atento, perspicaz e pertinente. Defendeu a necessidade de uma ação estruturada e concertada entre todos os intervenientes do processo educativo, de modo a garantir uma visão inclusiva, inovadora, segura e eficiente para a escola e para a educação, fortalecendo a sua ligação à comunidade e assegurando a preparação dos



alunos para o futuro, promovendo igualmente uma cidadania mais plena e consciente. Afirmou que estes objetivos orientaram a intervenção da coligação É Hora de Mudar PPD-PSD/CDS-PP ao longo deste período. Reconheceu ainda que educar constitui um desafio que implica o compromisso de todos, exigindo disponibilidade e abertura. Foi igualmente referido que a educação se valoriza e sustenta não apenas pela vontade, mas também pela ação dos governantes, tanto ao nível local como nacional. -----

Pedro Santos: Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referindo-se aos incêndios ocorridos no mês de agosto, expressou agradecimentos a todos os intervenientes, nomeadamente aos Bombeiros e à Proteção Civil. Enalteceu a postura da Comissão de Moradores do Talasnal, que, durante os dias do incêndio, assegurou apoio logístico aos operacionais, disponibilizando instalações sanitárias e fornecendo alimentação de forma gratuita. Manifestou a percepção de que, no que respeita ao Talasnal, poderá ter faltado uma intervenção mais consistente por parte das entidades responsáveis. Considerou que caberá agora às entidades com competência legal definir e implementar as medidas necessárias para corrigir a situação. Sublinhou que, neste momento, é prioritário proceder à reorganização da Serra da Lousã, começando por ações simples, tais como a criação de novos trilhos, a preservação e recuperação dos trilhos existentes e a realização de trabalhos de manutenção, incluindo a melhoria dos acessos públicos, do saneamento básico e da limpeza dos arruamentos. Reconheceu que os proprietários do Talasnal têm colaborado com a Câmara Municipal e procurado fazer a sua parte. Contudo, alertou-se para o risco de a aldeia perder competitividade relativamente a outras aldeias similares de concelhos e distritos vizinhos, o que poderá prejudicar o turismo da Lousã e, consequentemente, a economia local. Sugeriu ainda uma reflexão sobre o sistema de proteção das aldeias, salientando que, embora o trabalho realizado até ao momento seja positivo, existe sempre margem para melhoria. Terminou a intervenção agradecendo a todos os que o acompanharam nesta Assembleia, realçando o trabalho de Fernando Carvalho, Amândio Torres e Carlos Seco. -----



João Curvelo tomou a palavra e disse que em 2021, os cidadãos da Lousã atribuíram à Coligação “É Hora de Mudar” um mandato claro de escrutínio da ação do executivo municipal. A coligação alcançou então um resultado expressivo, elegendo três vereadores e oito deputados municipais, traduzindo a vontade de uma oposição ativa, responsável e construtiva. Foi salientado que, ao longo dos últimos quatro anos, esse compromisso foi cumprido. Destacou a iniciativa de trazer à Assembleia Municipal a direção da APIN, permitindo-lhe prestar contas diretamente aos municípios. Disse ainda que foram apresentadas vinte e três iniciativas, entre moções, recomendações, propostas, requerimentos e votos de louvor ou pesar. Sublinhou a defesa de uma Assembleia mais dinâmica, com a proposta de sessões temáticas, e mais próxima dos cidadãos, através da transmissão online das sessões. Considerou, no entanto, que a maioria socialista optou por manter a Assembleia Municipal numa posição subalterna face ao executivo, recusando autonomia orçamental e restringindo a sua plena função fiscalizadora. Apontou como exemplo o facto de terem sido aprovados documentos em reunião de Câmara que já davam como ratificados pela Assembleia Municipal antes mesmo de esta ser convocada. Afirmou ainda que, se em 2021 o mandato da coligação foi o de fiscalizar, o de 2025 será o de governar, sublinhando o trabalho desenvolvido, a competência demonstrada e o compromisso assumido perante os lousanenses. Expressou agradecimentos aos funcionários da autarquia e à comunicação social pelo esforço de divulgação da atividade municipal. Manifestou pesar pelo facto de não ter sido possível aprovar um novo Regimento, atribuindo tal impossibilidade à falta de vontade política da maioria socialista, particularmente no que se refere à transmissão das sessões. Reconheceu o equilíbrio e a dignidade institucional com que a Presidente da Mesa conduziu os trabalhos ao longo do mandato. Dirigiu ainda palavras de agradecimento aos membros da bancada da coligação, ao Dr. Pedro Santinho Antunes e a todos os deputados cessantes. Endereçou cumprimentos aos deputados do Partido Socialista, com o apelo a um maior exercício de fiscalização no próximo mandato, reconhecendo a postura equilibrada e fiscalizadora do deputado Nelson Lopes. Manifestou reconhecimento ao executivo municipal, na pessoa do Presidente da Câmara,



pelo trabalho desenvolvido ao longo de catorze anos de mandato como Presidente e pelos anos anteriores enquanto vereador, realçando-se a forma digna como representou o concelho. Numa nota pessoal, destacou a importância do respeito institucional demonstrado pelo Presidente da Câmara, que, independentemente da idade do orador, sempre respondeu com cordialidade e consideração, atitude que foi registada como um exemplo positivo. Terminou dirigindo votos de felicidades ao executivo cessante e a todos os que iniciam novas etapas das suas vidas. -----

Marco Sequeira, iniciou a intervenção felicitando a autarquia pela conquista de três importantes galardões: Município Amigo do Desporto, Autarquia Solidária e Município Amigo do Turismo e da Cultura. Referiu que a atribuição destas distinções, todas acompanhadas por prémios de excelência, reflete uma governação próxima, inovadora e capaz de produzir impactos positivos na vida da população, constituindo um selo de qualidade que confirma a consistência e o êxito das políticas públicas implementadas. No âmbito do desporto, destacou dois eventos de grande relevância realizados no concelho. O Summercup foi referido como um sucesso, tendo atraído milhares de pessoas à região. A edição contou com 200 equipas — inscrições que esgotaram em cerca de 37 minutos — e mais de 3200 participantes. Salientou que, apesar do desafio decorrente da indisponibilidade do pavilhão principal, foram encontradas soluções que minimizaram os impactos, resultando num balanço final bastante positivo, com expectativa de que as próximas edições decorram já com o pavilhão remodelado. Realçou o Lousã Granfondo, evento que reuniu largas centenas de atletas de vários países, proporcionando a oportunidade de percorrer a Serra da Lousã numa prova exigente de ciclismo amador. Estes e outros eventos foram apresentados como parte integrante de uma estratégia sólida de apoio ao desporto no concelho. Destacou finalmente a política de valorização e modernização das infraestruturas desportivas, nomeadamente o apoio recente à manutenção dos campos sintéticos por parte dos clubes, bem como os contratos-programa de desenvolvimento desportivo, que totalizam um investimento superior a 215 mil euros, representando um aumento de mais de 22% face ao ano anterior. Este esforço foi referido como mais uma



demonstração do investimento contínuo no desporto e na juventude. Na parte final da intervenção, foram dirigidos agradecimentos à Senhora Presidente da Mesa e à respetiva equipa, pela forma rigorosa, democrática e institucionalmente digna com que conduziram os trabalhos ao longo do mandato, mesmo nos momentos mais exigentes. Foi igualmente expressa gratidão ao Executivo Municipal, reconhecendo-se o trabalho, a dedicação e a visão demonstrados, que contribuíram para um concelho mais desenvolvido, preparado e com melhores condições de vida para todos. Foi referido que o legado deixado merece justo reconhecimento. A intervenção terminou sublinhando que, ao longo do mandato, todos estiveram unidos em prol da Lousã e que se mantém o compromisso de trabalhar pelas pessoas e preparar o concelho para o futuro.

Rui Moraes, iniciou a intervenção referido que o serviço mais significativo que os membros podem prestar é aquele que desenvolveram ao longo deste mandato na Assembleia Municipal, onde se discutiram diversos temas, se registaram concordâncias e discordâncias, e onde, passados quatro anos, importa agora expressar agradecimentos. Prestou homenagem, ao líder da bancada, Dr. Pedro Antunes, bem como ao líder da bancada socialista, Joel Fernandes, com quem, apesar de divergências frequentes, também existiram momentos de consenso. Dirigiu ainda uma referência ao deputado João Santo, salientando-se que, embora não recordasse ocasiões de concordância, tal facto não deve afastar os eleitos, sublinhando-se antes a necessidade de procurar pontos de aproximação em vez de focar as divergências. Afirmou que, há quatro anos, considerava que à Lousã faltavam coragem e inovação, entendendo que o concelho se mantinha inalterado ao longo dos anos. Observou que, por vezes, a percepção transmitida pelos deputados do Partido Socialista sobre o concelho parecia desfasada da realidade que testemunha, referindo que a Lousã permanece excessivamente centralizada e que as juntas de freguesia não são tão atrativas quanto poderiam ser. Destacou a qualidade do concelho, das suas paisagens e da dedicação dos presidentes de junta e demais eleitos locais, mas defendeu que se deveria trazer mais críticas e mais questões à Assembleia, privilegiando intervenções que contribuam para soluções e respostas às



necessidades da população, em vez de se perder demasiado tempo com questões de menor relevância. A intervenção terminou com um agradecimento à Senhora Presidente da Assembleia pela forma impecável como conduziu os trabalhos ao longo do mandato, formulando votos de sucesso para o futuro.

Joel Fernandes iniciou a intervenção esclarecendo a situação explanada pelo Sr. Fernando Simões. Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e a Mesa, agradecendo a condução dos trabalhos ao longo do mandato. Reconheceu que, por vezes, tanto ele como a sua bancada excederam o tempo ou adotaram posturas menos adequadas, pedindo desculpa por essas situações. Agradeceu igualmente ao Senhor Presidente da Câmara e aos vereadores, salientando a colaboração mantida com a Assembleia e o trabalho desenvolvido em prol do concelho. Dirigiu agradecimentos aos funcionários da autarquia pelo apoio prestado, à comunicação social pela cobertura das sessões, ao público presente ao longo do mandato e aos Presidentes de Junta pela colaboração demonstrada. Expressou também gratidão aos restantes deputados municipais, reforçando que todos contribuíram para o funcionamento da Assembleia, apesar dos momentos de maior tensão ou divergência. Reconheceu que nem sempre as intervenções ou comportamentos dos membros da Assembleia corresponderam ao ideal democrático, mas manifestou orgulho no trabalho desenvolvido. Considerou que quem vier a assumir funções no futuro terá a responsabilidade de manter ou superar o desempenho alcançado. Fez referência ao projeto do Metro Mondego, afirmando sentir frustração por ainda não ser possível realizar o percurso Serpins-Coimbra como cliente comum, mas sublinhou a importância desta infraestrutura para a Lousã e para a região. Reconheceu que a Assembleia sempre defendeu este projeto, embora sem conseguir antecipar a sua abertura no território. Destacou o mérito do concelho da Lousã, afirmando que, quando compete, o faz com municípios de maior dimensão, evidenciando a qualidade dos lousanenses. Abordou ainda a necessidade de reflexão sobre a revisão da Lei das Autarquias Locais, defendendo que o papel e funcionamento das Assembleias Municipais merecem atualização. Referiu as dificuldades crescentes associadas ao exercício da atividade política e o risco



de desmotivação dos cidadãos, sublinhando a importância do voto consciente e informado. Concluiu agradecendo, de forma igualitária, a todos os deputados municipais, pelo privilégio do debate e pela colaboração prestada ao longo do mandato.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e começou por começar por se referir à intervenção da Senhora Deputada **Patrícia Ramalheiro**, clarificando que, além das questões dirigidas à Câmara Municipal, havia igualmente destacado o trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas. Sublinhou a pertinência das reivindicações relativas ao rácio de pessoal, à necessidade de mais recursos e, em particular, ao apoio às crianças com necessidades específicas, considerando justo e oportuno que tal posição ficasse expressamente registada. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada **Maria Guilhermina Antunes**, reforçou igualmente o reconhecimento do trabalho do Agrupamento de Escolas nas matérias que foram objeto das questões colocadas. Salientou que, embora nem tudo seja possível concretizar, o município procurou, em especial no setor da educação, implementar práticas, metodologias e instrumentos orientados para a inovação e para a construção de uma cidadania mais coletiva. Referiu que existem vários exemplos de projetos inovadores, alguns com carácter pioneiro a nível nacional, destinados a promover uma educação mais plena das crianças e jovens. Assumiu, contudo, que existe sempre mais a realizar e que essa consciência motiva a continuidade do trabalho. No âmbito da educação inclusiva, reiterou o mérito de todas as entidades envolvidas, não desvalorizando o investimento da Câmara Municipal. Destacou que, em termos absolutos e em comparação com a maioria dos municípios, a Lousã apresenta trabalho diferenciado e positivo nesta área. Quanto aos rácios, afirmou que o município tem-se situado consistentemente acima dos valores mínimos exigidos nas várias dimensões educativas. Identificou, porém, constrangimentos que não dependem nem do Ministério da Educação nem dos municípios, mas que continuam a impactar negativamente o funcionamento dos serviços públicos. A propósito da intervenção do Senhor Deputado **Pedro Santos**, voltou a enaltecer o desempenho das entidades de proteção civil, com especial referência aos



Bombeiros do concelho, quer nos incêndios de agosto, quer noutras ocorrências, incluindo o incidente recente que afetou a unidade de serração da ARCIL. Informou que o município acompanha a situação, procurando assegurar que a associação encontre as melhores soluções para superar os prejuízos registados. Sobre outras questões levantadas, referiu que a abordagem municipal visa sempre melhorar e otimizar respostas, tornando-as mais eficientes e ajustadas às necessidades da população. Explicou que, após a análise da ocorrência e da atuação operacional no combate ao incêndio, segue-se uma segunda fase dedicada ao pós-incêndio, nomeadamente às ações de estabilização de emergência, recuperação e mitigação de danos em pessoas, entidades públicas e privadas. Mencionou que estas ações se encontram em curso, com equipas no terreno e com apoio da Câmara Municipal. Indicou ainda que existe uma dimensão de trabalho estrutural, centrada na transformação da paisagem e na promoção de uma floresta mais resiliente e sustentável, enquadrada na Operação Integrada de Gestão da Paisagem, já aprovada pelo município. Informou que foram solicitadas colaborações a diversas entidades públicas e privadas, incluindo baldios, associações de moradores e outras, com vista à elaboração de um plano estruturado de regeneração e transformação da paisagem. No que respeita às intervenções imediatas, comunicou que está contratada uma ação para recuperação dos trilhos mais afetados, sobretudo os que têm impacto direto nas aldeias. Acrescentou que existem outras situações identificadas, algumas de carácter emergente e outras de execução posterior. Assinalou também a ampla colaboração dos lousanenses e de várias entidades, incluindo associações locais, no apoio e acompanhamento das ocorrências. Dirigindo-se ao Senhor Deputado João Curvelo, esclareceu que não tem conhecimento de qualquer situação em que documentos do executivo tenham sido apresentados como aprovados antes de o serem. Caso tal tivesse acontecido, afirmou que seria de forma não deliberada. Explicou, no entanto, que, por razões de prazo, já ocorreu o inverso: documentos terem sido apreciados primeiro pela Assembleia Municipal e só posteriormente sujeitos a retificação pela Câmara, situação que aconteceria inclusive na própria sessão. Reafirmou



que nunca houve intenção de desrespeitar as competências ou hierarquia dos órgãos autárquicos. Em resposta à intervenção do Senhor Deputado **Rui Morais**, referiu que, sem a determinação demonstrada ao longo dos anos, projetos como o Metro Mondego talvez não tivessem avançado. Reconheceu o esforço contínuo, muitas vezes invisível, dedicado à concretização da infraestrutura, apesar das exigências e da necessidade de grande persistência. Sublinhou que o Metro constituirá um sistema de mobilidade relevante para o concelho e para as populações. Admitiu que existe uma ligação afetiva generalizada à ferrovia, mas considerou positivo constatar que muitas cidades em Portugal e no estrangeiro adotam soluções de mobilidade semelhantes, desde que garantindo qualidade, conforto e segurança. Dirigiu-se depois à **Senhora Presidente**, referindo que, sendo esta a última Assembleia Municipal do atual ciclo, desejava expressar que foi um gosto, uma honra e um privilégio exercer o cargo de Presidente da Câmara Municipal da Lousã. Reconheceu não ter conseguido responder a todas as expectativas e necessidades, confessando algumas frustrações e limitações inerentes ao exercício do mandato. Não obstante, afirmou ter a consciência tranquila pelo trabalho desenvolvido, realizado sempre com respeito pela confiança recebida e pela dignificação dos órgãos autárquicos, em particular a Assembleia Municipal. Manifestou agradecimento por todas as colaborações, incluindo as críticas construtivas, que considerou essenciais para a melhoria contínua da ação municipal. Expressou ainda reconhecimento pelo trabalho dos Presidentes de Junta, dos membros do executivo — salientando a existência natural de divergências, mas também a procura constante de pontos de equilíbrio — e dos trabalhadores da autarquia, bem como pelas relações positivas estabelecidas com entidades parceiras locais e nacionais. Concluiu destacando a importância do trabalho ainda em curso, manifestando satisfação por deixar o município com obras estruturantes em desenvolvimento nas áreas da habitação, saúde e educação, representando mais de 30 milhões de euros de investimento, fundamentais para a qualidade de vida e para o futuro do concelho.

-PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:



1 - Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal (doc. nº 7 (sete)). -----

Inscrições: Luís Martins, e Nelson Lopes -----

Luís Martins, assinalou que o município se encontra a concluir mais um mandato autárquico, momento que naturalmente convida à realização de um balanço, permitindo observar o percurso realizado e projetar o futuro desejado para o concelho da Lousã. Do ponto de vista financeiro, afirmou que é possível garantir com segurança que o município apresenta contas equilibradas. Ao longo dos anos, os indicadores evidenciam uma estrutura sólida, que transmite confiança e assegura capacidade de investimento. Referiu que os rácios de tesouraria refletem conforto na gestão, com prazos médios de pagamento controlados, liquidez assegurada e cumprimento rigoroso das regras de equilíbrio orçamental. Sublinhou que esta disciplina não se traduz apenas em números, mas representa segurança para famílias, empresas e instituições, que reconhecem na autarquia uma entidade estável, previsível e capaz de investir. Acrescentou que este equilíbrio financeiro permitiu avançar em todas as áreas -educação, saúde, cultura, desporto, mobilidade, ambiente e coesão social- concretizando projetos que melhoraram a qualidade de vida da população e reforçam a atratividade do concelho. Para enquadurar os progressos alcançados, recordou a evolução das últimas décadas: nos anos 70, após o 25 de Abril, a Lousã era um concelho marcado pela falta de infraestruturas; nas décadas de 80 e 90 iniciaram-se passos firmes rumo à modernização; no início do século multiplicaram-se obras e equipamentos. Referiu que, em 2025, o concelho dispõe de uma rede escolar moderna e continuamente renovada, de um segundo edifício do Centro de Saúde em construção, dotado de novas valências, de um Cineteatro ativo com programação cultural relevante, de equipamentos desportivos que respondem às necessidades da população e de soluções de mobilidade que aproximam freguesias e comunidades. Sintetizou que se trata de um conjunto de investimentos que transformaram a Lousã num concelho mais equilibrado, atrativo e competitivo. Sublinhou que este percurso não é resultado do acaso, mas sim de visão política, responsabilidade na gestão



e compromisso permanente com o desenvolvimento local. Considerou justo afirmar que a Lousã cresceu, se consolidou e se afirmou. Concluiu reiterando que o compromisso do município permanece centrado no presente e no futuro.

Nelson Lopes, iniciou a sua intervenção agradecendo as palavras que lhe haviam sido dirigidas pelo Senhor Deputado João Curvelo. Recordando que esta era a última reunião da Assembleia Municipal do mandato, manifestou o seu profundo e sincero agradecimento pela oportunidade de ter servido o Concelho da Lousã ao longo dos últimos anos. Referiu que foi uma honra e um privilégio contribuir, neste espaço democrático, para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos lousanenses, salientando que, ao longo do percurso, aprendeu com todos os membros da Assembleia, sem exceção. Assinalou que procurou sempre pautar a sua atuação por uma postura construtiva, apresentando propostas, sugestões e pedidos de esclarecimento fundamentados e oportunos, reiterando a convicção de que a política local deve ser exercida com responsabilidade, centrada nas pessoas e no bem comum. Referiu que o mandato agora concluído constitui, com elevada probabilidade, um dos melhores — senão o melhor — da história autárquica da Lousã. Afirmou ser impossível, no tempo disponível, enumerar todas as obras, projetos e iniciativas concretizadas ao longo dos últimos quatro anos, abrangendo tanto o domínio material como o imaterial, mas destacou que muitas dessas intervenções tiveram carácter transformador para o concelho. Mencionou, de forma particular, que a Câmara Municipal avançou recentemente com o projeto de execução da requalificação energética da Biblioteca Municipal, bem como com estudos prévios para a requalificação do Jardim dos Paços do Concelho e do Mercado Municipal. Relativamente à Biblioteca Municipal, assinalou que a intervenção visa melhorar as condições do edifício, reforçar a sua sustentabilidade e eficiência energética e assegurar a sua adaptação às necessidades atuais e futuras da comunidade. Quanto ao Mercado Municipal e ao Jardim dos Paços do Concelho, referiu que os projetos procuram valorizar o espaço público no centro da vila, responder às necessidades da população e reforçar a atratividade do concelho. No caso do Jardim dos Paços do Concelho, a intervenção incluirá a renovação do espaço,



com substituição de material vegetal e mobiliário urbano. Já o projeto do Mercado Municipal contempla a construção de um edifício moderno e funcional, com novas valências de serviço público, incluindo auditório e parque de estacionamento subterrâneo, contribuindo para a dinamização daquela zona central. Sobre esta última intervenção, salientou que, face às mudanças significativas nos hábitos de consumo, poderá não ser suficiente modernizar apenas o espaço físico, sendo necessária uma reflexão estratégica sobre o funcionamento do mercado. Considerou essencial atualizar aspectos como horários, layout interior, distribuição e dimensão das bancas e, de forma mais ampla, a experiência oferecida aos utilizadores. Alertou que, à semelhança de muitos mercados retalhistas, uma intervenção limitada ao componente material poderá não ser bastante para recuperar a vitalidade e dinamismo do espaço. Concluiu solicitando ao Executivo Municipal que esclarecesse se, paralelamente ao projeto de arquitetura, está prevista a realização de algum estudo de dinamização do Mercado Municipal, garantindo que a requalificação seja não apenas estrutural, mas também estratégica. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra e começou por se referir ao Senhor deputado **Luís Martins** que iniciou a sua intervenção referindo que uma das prioridades do mandato foi garantir a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro da autarquia. Destacou que os indicadores financeiros demonstram a consistência desta prioridade, permitindo realizar investimentos significativos ao longo dos últimos anos, sempre assegurando o equilíbrio financeiro do município nas suas diversas vertentes. Salientou a simultaneidade entre os investimentos realizados e a manutenção do equilíbrio financeiro, mencionando que, neste mandato, se concretizou um elevado investimento na área da cultura, abrangendo vários espaços e projetos em diferentes vertentes culturais. Em resposta à intervenção do Senhor Deputado **Nelson Lopes**, destacou ainda os projetos relativos ao desenvolvimento económico, referindo a requalificação e ampliação da zona empresarial e a aquisição de terrenos adicionais na zona industrial do Padrão, como medidas estratégicas para dar continuidade ao desenvolvimento económico do concelho. Relativamente às questões levantadas sobre a Biblioteca Municipal, assinalou que o projeto de



modernização visa atualizar o espaço, melhorar a sua configuração, tornando-o mais apelativo e adaptado às necessidades atuais e futuras da comunidade, garantindo diferentes formas de uso. Quanto ao Mercado Municipal, reconheceu a pertinência da necessidade de um plano de funcionamento e dinamização. Informou que, de acordo com o conhecimento do executivo, a proposta de intervenção já prevê novas funcionalidades e abordagens, permitindo otimizar a experiência de compra e utilização do espaço, mantendo os usos tradicionais, mas integrando valências adicionais e maior polivalência para criar uma dinâmica cultural e comercial mais apelativa. Sobre o Jardim dos Paços do Concelho, destacou que o projeto tem vindo a ser trabalhado há algum tempo, com o objetivo de renovar o espaço, aproxima-lo do comércio e serviços públicos e privados, e melhorar a mobilidade e o estacionamento na zona central da vila. Concluiu referindo que os planos arquitetónicos e funcionais da Biblioteca, do Mercado e do Jardim dos Paços do Concelho foram desenvolvidos de forma a permitir a integração das novas funcionalidades, detalhando os aspetos necessários para assegurar um funcionamento eficiente, dinâmico e adaptado às práticas contemporâneas, tanto comerciais como culturais.

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:

2 – Apreciação do Relatório de Auditoria Semestral do ano de 2025 que contém a informação sobre a situação económico financeira, apresentado pelo Revisor Oficial de Contas. (doc. nº 8(oito)).

Inscrições: Luís Martins, Santinho Antunes.

Santinho Antunes, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos relativamente aos valores em falta por parte do Estado Português, na sequência das delegações de competências.

Luís Martins, disse que independentemente de qual seja a próxima Assembleia é necessário destacar a importância do auditor e o papel que este desempenha nas autarquias, sublinhando que garante segurança a todos os intervenientes, incluindo funcionários, órgãos autárquicos, bancos e demais instituições.



Sr. Presidente da Câmara- dirigiu-se ao Deputado Santinho Antunes e referiu que, relativamente à descentralização de competências, continua a existir um desfasamento, não se tendo verificado até ao momento qualquer evolução positiva quanto à transferência adequada de meios financeiros para as autarquias, nomeadamente para o Município da Lousã. Assinalou que a área com maior discrepância é a da educação, estimando que o valor em falta se situe atualmente acima de 1 milhão de euros desde a assunção das competências descentralizadas. Destacou que o desfasamento entre as verbas efetivamente despendidas pelo município e as transferências do Estado central é um elemento relevante a considerar. Embora tenham existido algumas manifestações de boa vontade, não se registou ainda qualquer ação concreta que permita corrigir esta situação. Relativamente ao desempenho financeiro do município, o Deputado sublinhou a necessidade de garantir sustentabilidade e, simultaneamente, realizar investimentos. Referiu, ainda, que durante este período a dívida municipal foi substancialmente reduzida em mais de 40%, considerando este facto uma marca importante, embora menos visível, para o futuro desempenho da autarquia.

Colocado à apreciação da Assembleia Municipal votação o Relatório de Auditoria Semestral do ano de 2025 que contém a informação sobre a situação económico financeira, apresentado pelo Revisor Oficial de Contas, o mesmo foi apreciado, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:

3. Apreciação e votação do Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes

-Inscrições: Joel Fernandes

Joel Fernandes, referiu que, há alguns mandatos, não existia na ordem de trabalhos da Assembleia um número tão significativo de pontos relacionados com projetos da CIM, o que evidencia a crescente relevância da política regional e o papel que estas entidades assumem na gestão local. Assinalou, contudo, que esta realidade também revela a fragmentação do Estado, lembrando que, apesar de muitas decisões serem tomadas localmente, as



autarquias estão inseridas num sistema mais amplo, que começa no Estado central e se repercuta a nível local. No caso concreto em apreciação, relacionado com medições, tecnologia e gestão, destacou a importância do acesso a mais dados para uma melhor capacidade de decisão, permitindo que o decisor político disponha de informação cada vez mais qualificada para fundamentar as suas escolhas. -----

Colocado à votação da Assembleia Municipal a Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos, (doc. nº 9 (nove)). -----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4 Apreciação e votação da 1º Alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã -----

Inscrições: Nelson Lopes; -----

Nelson Lopes, explicou que a alteração ao regulamento em apreciação consiste, essencialmente, no alargamento dos benefícios fiscais às famílias. Para além da redução do Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias com dependentes, já prevista no regulamento em vigor, passa a incluir-se a possibilidade de renovação por mais dois anos, acrescidos aos três anos atuais, aplicável a prédios — ou partes de prédios — urbanos habitacionais construídos, ampliados ou melhorados, destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com valor patrimonial até 125.000 euros e cujo rendimento bruto total, no ano anterior, não seja superior a 153.300 euros. Referiu não ter tido oportunidade de analisar em detalhe esta possibilidade prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais, sublinhando, contudo, que a sua aplicação depende de deliberação da Assembleia Municipal, a qual deve ocorrer até 31 de dezembro para produzir efeitos no ano seguinte. Enalteceu esta iniciativa de apoio às pessoas e às famílias, que se junta a muitas outras e reforça uma matriz de ação política centrada precisamente nas pessoas e nos agregados familiares. Concluiu afirmando que esta alteração, agora em apreciação, merece o voto favorável do Partido Socialista. -----



Colocada à votação da Assembleia Municipal a 1ª Alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos, (doc. nº 10 (dez)). -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

5. Apreciação e votação da alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais-----

Inscrições: Luís Martins -----

Luís Martins, tomou a palavra para realçar que os primeiros 15 minutos de utilização dos parquímetros instalados no município são gratuitos. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal a alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais foi aprovada por maioria com sete (7) abstenções do Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar; quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos, doc. nº 11 (onze). -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6. Apreciação e votação do Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia.

Inscrições: Pedro Santos, Fernanda Franca

Fernanda Franca, tomou a palavra para afirmar que a social-democracia, enquanto ideologia surgida no final do século XIX e início do século XX, assenta na convicção de que a transição para uma sociedade socialista pode ocorrer por via democrática e evolutiva. Recordou o seu longo percurso político, referindo ter apoiado todas as candidaturas locais e nacionais do Partido Social Democrata, bem como a sua participação no Movimento das Mulheres Social-Democratas, então liderado pela Dra. Leonor Beleza, e nos Trabalhadores Social-Democratas, sempre recebendo consideração, estima e respeito por parte de todos os companheiros. Salientou as várias décadas de dedicação ao PSD, com desempenhos em órgãos autárquicos, nomeadamente na Vereação e na Assembleia Municipal. Afirmou não se rever atualmente em determinadas atitudes que considera marcadas por imaturidade política, rejeitando práticas que classificou como antidemocráticas. Reforçou a importância dos jovens na



vida política, desde que cumpram as funções que assumem com brio, humildade, humanismo e alinhamento com os valores social-democratas, colocando o serviço à população acima de ambições pessoais. Recordou que sempre exerceu o seu dever político de forma consciente, com orgulho e respeito pelo partido e pelos seus fundadores, que procurou sempre dignificar. Reafirmou o seu compromisso com o respeito pelos direitos e deveres de todos os cidadãos, enquanto mulher humanista. Apresentou as suas saudações de despedida aos Deputados da bancada do PSD e aos Deputados da oposição, reconhecendo a coerência e verdade com que representam os respetivos partidos. Sublinhou que todos contribuem para o desenvolvimento, valorização e dignificação do concelho da Lousã. Referiu que, pela sua experiência e percurso, sente que é momento de mudança, de dar lugar a novas pessoas, reforçando a importância da união. Declarou que se aproxima um novo ciclo eleitoral e expressou o desejo de que vença o melhor, acreditando que esse será o PSD. Apresentou igualmente saudações a todas as restantes pessoas presentes, desejando que a ação de cada um seja também marcada pela união, pela paz e pelo bem-estar familiar. Manifestou ainda o gosto que teve em integrar este órgão deliberativo, destacando duas pessoas em particular: o Dr. Santinho Antunes, pela sua conduta construtiva, respeito e valor humano e intelectual, cujo acompanhamento considerou imprescindível; e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pela forma digna e responsável com que exerceu as suas funções.

Pedro Santos, referiu que o Regulamento do Serviço Municipal de Psicologia constitui um instrumento fundamental da política municipal de investimento nas pessoas. Sublinhou que a institucionalização de uma resposta estruturada em saúde psicológica — de natureza preventiva, de apoio e de intervenção em crise — reforça o capital humano do concelho, apoiando famílias, escolas, associações e instituições, promovendo simultaneamente o bem-estar ao longo do ciclo de vida. Destacou que este serviço aproxima os cuidados, reduz barreiras de acesso e atua de forma articulada com a rede local, garantindo confidencialidade, qualidade técnica e orientação para resultados. Considerou ainda que o regulamento representa uma medida de boa



governação, ao definir regras claras, criar previsibilidade e permitir a sua adequada avaliação. Propôs que, após aprovação do regulamento, seja publicado um plano de implementação contendo metas anuais e indicadores simples, designadamente tempos de resposta, número de ações de prevenção e nível de articulação com a comunidade educativa, reforçando assim a transparência e a melhoria contínua. Concluiu afirmando que votar favoravelmente o regulamento é investir na saúde mental, na aprendizagem e na coesão social, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos lousanenses.

Colocada à votação da Assembleia Municipal votação Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos (doc. nº 12 (doze). –

-PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

7. Apreciação e votação do Regulamento do Cartão Municipal Séniors. -----

Inscrições: Pedro Santos, -----

Pedro Santos, afirmou que o Cartão Municipal Séniors constitui uma ferramenta concreta de valorização da população mais velha, reconhecendo o seu papel na comunidade e promovendo o envelhecimento ativo, a participação e a autonomia. Referiu que, ao facilitar o acesso a serviços municipais e a uma rede de parceiros com benefícios e condições mais favoráveis, a medida contribui para aliviar despesas do quotidiano, combater a solidão e criar oportunidades nas áreas da cultura, do desporto e da convivência. Sublinhou tratar-se de uma medida simples, mas com impacto real, que reflete a prioridade de colocar as pessoas no centro das políticas públicas. Propôs, com vista à maximização dos resultados, que seja formalizada uma campanha de adesão em articulação com as Juntas de Freguesia e as IPSS, e que seja publicado anualmente um balanço contendo três indicadores de leitura simples: número de beneficiários, número de entidades parceiras e atividades mais utilizadas. Concluiu afirmando que a aprovação do regulamento representa um investimento na dignidade, no capital humano e na qualidade de vida da população séniors, reforçando a Lousã como um concelho que cuida de todos.



Colocada à votação da Assembleia Municipal votação Regulamento do Cartão Municipal Séniior, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 13(treze).

-PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:

8. Apreciação e votação da Adenda nº2 ao Contrato de Comodato celebrado entre o Município da Lousã e a Emequatro – Educação e Serviços, Lda., relativo a cedência das instalações da antiga Escola Primária da Lousã.

Colocada à votação da Assembleia Municipal a Adenda nº2 ao Contrato de Comodato celebrado entre o Município da Lousã e a Emequatro – Educação e Serviços, Lda., relativo a cedência das instalações da antiga Escola Primária da Lousã foi aprovada por maioria com duas (2) uma do PS e uma do BE; quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos, (doc. nº 14(quatorze).

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:

9. Apreciação e votação da proposta de reconhecimento do interesse público municipal do projeto “Silveira Tech Re-generation Village”.

Inscrições: Santinho Antunes, Joel Fernandes, João Santo.

O Senhor deputado Nelson Lopes, ausentou-se da sala e não participou na votação.

Santinho Antunes disse que devido à falta de informação sobre o assunto em causa a bancada da coligação É Hora de Mudar PPD/PSD- CDS-PP, irá abster-se na votação.

Joel Fernandes, disse que uma das razões do nosso voto favorável já foi amplamente esclarecida. Destacou a classificação que este projeto obteve junto de diversas instâncias nacionais, bem como toda a envolvência positiva que tem trazido ao concelho. Informou que foram dinamizadas várias iniciativas e, no passado sábado, ocorreu uma nova vaga de atividades. Os meios de comunicação social nacionais têm referido o projeto de forma positiva. Todos estes fatores, aliados ao reconhecimento da sua importância para a atração de investimento para o nosso concelho, reforçam a sua relevância. Tal investimento será benéfico tanto para a criação de emprego como para o reforço da nossa oferta turística e, de forma mais abrangente, para a



valorização e vivência do espaço florestal envolvente. Por todas estas razões, o Grupo Municipal anuncia o seu voto favorável. -----

João Santo, reconheceu que a participação neste órgão foi positiva, manifestando, contudo, o desejo de que pudesse ocorrer de forma mais participada, com maior presença de público e permitindo que mais cidadãos pudessem expressar a sua voz, os seus interesses e preocupações. Relativamente ao ponto em votação, colocou diversas questões. Interrogou se o projeto imobiliário em apreciação não teria aspetos por esclarecer e se não se poderia vir a assistir a situações semelhantes às ocorridas noutras locais, onde o espaço público acabou por ser privatizado. Recordou ainda que, relativamente a um projeto anterior, foram referidas ações como o fecho de uma estrada de acesso público e o desvio de água de um fontanário, factos que levantam dúvidas sérias. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de este novo espaço vir a tornar-se de acesso condicionado a apenas algumas pessoas, retirando aos municíipes a verdadeira possibilidade de usufruir de um bem que é público por natureza. Sublinhou que esta é uma preocupação profunda e que, por essa razão, é necessário ter o máximo cuidado com a utilização da retórica do interesse público. Alertou ainda para o facto de que tal retórica é frequentemente apoiada em supostas contratações (de arquitetos de renome), mas reforçou que o verdadeiro interesse público deve assentar no respeito pela legalidade, pela proteção dos recursos e pelo contacto direto das pessoas com os seus bens coletivos. Face a estas considerações, informou que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda se irá abster na votação. -----

O Senhor Presidente da Câmara, tomou a palavra e esclareceu que os elementos fornecidos são aqueles que se consideram adequados e necessários para a decisão que a Assembleia está hoje a apreciar. Referiu que, embora a proposta tenha sido por si subscrita, todas as propostas presentes nesta Assembleia são enviadas pelo Presidente da Câmara. Sublinhou, assim, que a proposta em apreciação é do Executivo Municipal e que se encontra devidamente formalizada e aprovada. Acrescentou que, relativamente aos dados solicitados em 2024, no âmbito da Câmara Municipal, o senhor deputado teve acesso a toda a informação e documentação existente nos serviços



municipais. Esclareceu ainda que o que está hoje em avaliação é a declaração de interesse público da operação, sublinhando que o projeto cumpre todos os requisitos previstos nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, assim como todas as normas aplicáveis à concretização física da revitalização, qualificação e regeneração da Aldeia da Silveira. Informou também que a Câmara Municipal definiu critérios específicos para projetos desta dimensão e características, de modo a permitir uma apreciação mais robusta por parte da própria Assembleia Municipal, reforçando a sua capacidade de análise neste tipo de matérias. Referiu, ainda, que toda a intervenção projetada deve respeitar a distinção entre propriedade pública e privada, sendo que o promotor apenas tem legitimidade para atuar nos imóveis e prédios dos quais é legítimo titular. Conforme apresentado à Câmara Municipal até ao momento, essa condição está verificada. Reiterou que os elementos fornecidos correspondem ao necessário para que a Assembleia Municipal possa deliberar sobre a declaração de interesse público. Todas as restantes verificações, bem como a aplicação de outras normas e instrumentos de gestão territorial, não são objeto da presente deliberação nem devem ser tratadas nesta fase ou circunstância.

Colocada à votação da Assembleia Municipal a da proposta de reconhecimento do interesse público municipal do projeto "Silveira Tech Regeneration Village Aprovado por maioria com sete (8) abstenções do Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS – É Hora de Muda e 1 (uma) do BE. O Deputado Nelson Lopes (PS) não participou na votação quando estavam presentes na sala vinte e três membros eleitos, (doc. nº 15/quinze).

10. Apreciação da proposta de desaplicação de todas as normas regulamentares em contradição com o disposto nas alterações legislativas introduzidas no âmbito do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação".

Inscrições: Santinho Antunes,

Santinho Antunes, iniciou a sua intervenção expressando um voto de reconhecimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e à respetiva



Mesa, destacando o modo digno e equilibrado com que têm conduzido os trabalhos desta Assembleia, apesar das dificuldades inerentes à gestão dos debates. Sublinhou que não há qualquer reparo institucional a fazer no plano democrático e manifestou o gosto em integrar este órgão sob a sua presidência. Dirigiu igualmente palavras de agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao respetivo Executivo pelo trabalho desenvolvido ao longo do mandato. Afirmou que o lugar de decisão é sempre exigente e, independentemente das diferenças políticas, reconheceu o mérito do Presidente da Câmara pelo tempo dedicado e pelo trabalho realizado. Aos Senhores Vereadores, de todas as forças políticas, deixou uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido em prol do interesse comum, tanto nas reuniões como fora delas, sublinhando o contributo essencial para o desenvolvimento do território e o respeito demonstrado ao longo do mandato. Agradeceu também aos Senhores Deputados Municipais, reconhecendo o contributo plural que cada um trouxe ao debate e ao funcionamento desta Assembleia. Por fim, dirigiu uma palavra aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, destacando que o trabalho por eles desenvolvido é amplamente notório e reconhecido, não devendo subsistir qualquer dúvida quanto ao seu valor e impacto.

Colocado à apreciação da Assembleia Municipal votação a proposta de desaplicação de todas as normas regulamentares em contradição com o disposto nas alterações legislativas introduzidas no âmbito do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação", a mesma foi apreciado, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. (doc. nº 16(dezasseis).

11. Apreciação e votação da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências PDP-3-Gestão da Bacia do Rio Ceira, entre o município da Lousã e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projeto "EEA GRANTS"

Colocada à votação da Assembleia Municipal votação da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências PDP-3-Gestão da Bacia do Rio Ceira, entre o município da Lousã e a Comunidade Intermunicipal da Região



de Coimbra, no âmbito do projeto "EEA GRANTS, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos (doc. nº 17(dezassete). -

A Senhora Presidente da mesa tomou a palavra e declarou que se chegava ao fim de um ciclo, tratando-se da última reunião da Assembleia Municipal deste mandato, e de um momento de conclusão, para muitos, das funções autárquicas que desempenharam. Expressou um agradecimento aos Lousanenses e a todos os deputados da Assembleia pelo empenho, dedicação e pela forma como, apesar das diferenças, sempre souberam colocar o interesse da Lousã e dos Lousanenses acima de qualquer outro. Destacou que, ao longo destes anos, a pluralidade de vozes característica da democracia local foi sempre ouvida. Reconheceu que nem sempre houve concordância, mas que existiu sempre um compromisso comum: servir a terra e os cidadãos. Salientou ainda o papel dos líderes dos vários grupos municipais, reconhecendo a responsabilidade acrescida que assumem. Manifestou agradecimento sentido aos membros da Mesa – Orlando e Aldina – pelo companheirismo e apoio ao longo do mandato, bem como ao Executivo Municipal e aos Presidentes de Junta, sublinhando que a força da democracia reside na cooperação institucional e na capacidade de encontrar soluções para os problemas das populações. Agradeceu também aos serviços de apoio da Assembleia, nomeadamente aos funcionários da autarquia, destacando o trabalho do João Silva e da Dina Campos, pela colaboração, profissionalismo e dedicação ao longo do mandato. Dirigiu um agradecimento especial ao Presidente da Câmara Municipal, Luís Antunes, pelo seu longo período de dedicação, visão e sentido de missão, destacando a sua entrega, incansável trabalho pelo bem comum e legado deixado, apesar dos inúmeros desafios enfrentados, incluindo incêndios graves, pandemia, execução do PRR e várias delegações de competências. Desejou sucesso pessoal e profissional ao Presidente da Câmara na nova fase que se avizinha, bem como felicidades a todos os que irão continuar em funções autárquicas. Enfatizou a importância de que o próximo mandato seja marcado por diálogo, cooperação e realizações que engrandeçam o concelho. Concluiu afirmando que foi uma honra e um



privilégio servir como Presidente da Assembleia Municipal da sua terra.-----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos.-----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e quarenta e cinco minutos.-----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2.ª Secretária,

Maria Aldina Martins



Assembleia Municipal

Despacho

Pedro Miguel Santinho Antunes, Presidente da Assembleia Municipal da Lousã, vem pronunciar-se sobre a aprovação da ata da Reunião da Assembleia Municipal da Lousã de 30-09-2025, nos seguintes termos e fundamentos:

- 1 - Considerando que a Assembleia Municipal da Lousã realizou a sua última sessão do mandato anterior em 29/09/2025 tendo sido elaborada a respetiva ata;
- 2- Considerando que, na referida sessão, foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 57.º, n.º 3, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), a qual conferiu eficácia imediata às deliberações então tomadas;
- 3- Considerando que a redação integral da ata não chegou a ser submetida a apreciação e votação pela Assembleia Municipal cessante, por ter, entretanto, ocorrido o termo do mandato, impossibilitando o órgão de exercer validamente essa competência;
- 4- Considerando que, de acordo com os artigos 25.º e 26.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a elaboração, leitura e aprovação das atas constituem competência da Assembleia Municipal na sua composição efetiva à data da sessão documentada, sendo que apenas os membros que participaram na reunião detêm legitimidade para confirmar a correspondência entre o texto da ata e os factos ocorridos;
- 5- Considerando que, nos termos gerais do RJAL (arts. 24.º e ss.) e do princípio de funcionamento pessoal e próprio dos órgãos colegiais, a aprovação de atas não pode ser praticada por um mandato subsequente, que não participou nos trabalhos relatados, não podendo, por isso, verificar a sua exatidão material;
- 6- Considerando, assim, que o atual Presidente da Assembleia Municipal não dispõe de competência nem legitimidade jurídica para submeter à votação, neste mandato, atas respeitantes a reuniões do mandato anterior;

Determino o seguinte:

A ata relativa à sessão realizada em 29/09/2025 é registada como não aprovada, por motivo de cessação do mandato da Assembleia Municipal que a deveria ter apreciado.

Mantém-se válida e plenamente eficaz a minuta aprovada nessa última sessão, a qual produz todos os efeitos jurídicos próprios das deliberações tomadas.

A presente decisão é publicitada e arquivada nos termos regulamentares da Assembleia Municipal da Lousã.

Lousã, 11 de dezembro de 2025

O Presidente da Assembleia Municipal,

Pedro Miguel Santinho Antunes

Assinado por: Pedro Miguel Santinho Antunes

Nº de Identificação: 11290910

Data: 2025.12.18 15:44:41+00'00'

